



SEXUALIDADE

GÊNERO E SOCIEDADE

Publicação semestral — Ano 2 — Número 4 — Dezembro 1995

Em perspectiva

As avaliações e publicações dedicadas à IV Conferência Internacional sobre a Mulher, realizada em Beijing, revelam, em sua maioria, um claro entusiasmo em relação aos resultados positivos obtidos na elaboração dos documentos finais.

Antigas reivindicações do movimento de mulheres foram reiteradas e algumas novas, incluídas. Conceitos como direitos reprodutivos e saúde sexual foram finalmente incorporados ao vocabulário das Nações Unidas. Reafirmou-se a igualdade de gênero como fundamental na educação formal e informal, assim como em programas de capacitação profissionalizante.

No entanto, o documento final não escapou de contradições, verificadas, por exemplo, no tratamento dado à questão da AIDS, que manteve uma visão restritiva e discriminatória de grupo de risco.

Ainda em relação à AIDS, é preocupante também a falta de clareza na condução das transformações políticas em andamento no Programa Global de AIDS, que ficou evidenciada na Conferência Panamericana de AIDS, realizada recentemente em Santiago do Chile.

NESTE NÚMERO

O significado da violência nas relações de gênero no Brasil.....	1
Internacionais	2
Agenda nacional	2
Resenha	3
Beijing	4

O Significado da Violência nas Relações de Gênero no Brasil*

Miriam Pillar Grossi**

A questão da violência contra a mulher se constrói enquanto problema social no Brasil no final dos anos 70, a partir de mobilizações feministas, particularmente contra a impunidade dos "assassinos de mulheres". Além dos assassinatos de mulheres cometidos em nome da "defesa da honra", o movimento feminista trouxe para a ordem do dia a denúncia da situação de opressão da mulher na sociedade brasileira, expressa sob várias formas de violência: discriminação sexual em locais de trabalho, desrespeito ao corpo da mulher, estupro, espancamento conjugal.

No entanto, de todas as violências denunciadas, é a violência conjugal ou doméstica que ganha o palco do movimento, passando a ser o alvo privilegiado da ação feminista no início dos anos 80, através da criação dos SOSs Mulher em várias capitais do país. Posteriormente, a violência conjugal será a principal queixa a ser registrada nas delegacias da mulher que se espalham pelo Brasil a partir de 1985. De alguma forma, "violência contra a mulher" torna-se rapidamente sinônimo, no senso comum, de "violência conjugal" e, mais particularmente, sinônimo de "violência física conjugal".

No ano passado, quando participei de uma reflexão sobre a violência contra a mulher no Brasil, a fim de elaborar o documento oficial brasileiro para a Conferência da Mulher em Beijing, percebi que, passados quinze anos de lutas e mobilizações feministas, a categoria "violência contra a mulher" deixava timidamente de ser usada apenas para falar de violências no espaço doméstico, abrindo-se para outras situações e/ou categorias (estupro, abuso sexual e prostituição infantil, assédio sexual, violência contra mulheres de minorias étnicas, sexuais e etárias).

(continua na pág. 6)

Internacionais

A IV Conferência Panamericana de AIDS e o X Congresso Latino-Americano de DSTs aconteceram simultaneamente, no mesmo centro de convenções, em Santiago do Chile, entre os dias 15 e 18 de novembro. Pela primeira vez juntaram-se, num mesmo evento continental sobre AIDS, organizações médicas, jurídicas, de educação e ONGs, numa tentativa de mudar a estrutura da Conferência. Pelo que tudo indica, o novo modelo, ao possibilitar maior integração, foi confirmado para as próximas conferências.

Os aspectos positivos ressaltados dizem respeito à maior facilidade de intercâmbio entre os participantes. As semelhanças sócio-culturais existentes e a maior facilidade de comunicação devido à proximidade das línguas, por se tratar de um evento latino-americano, foram fatores fundamentais na avaliação da Conferência. Além disso, a cobertura da mídia destacou, também pela primeira vez, a dimensão social das doenças sexualmente transmissíveis, em geral tratadas exclusivamente como uma questão médica.

Um dos aspectos negativos refere-se ao pequeno número de pesquisadores presentes e, conseqüentemente, à falta de novas informações relativas aos aspectos sociais da epidemia na América Latina. Além disso, ficou evidente a falta de clareza em relação à transformação em curso no Programa Global de AIDS, anteriormente coordenado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e agora por um *pool* de instituições, passando a ser chamado UNAIDS (Joint United Nations Program on AIDS).

Para 1996, já estão agendadas duas conferências sobre AIDS: ↗

• **II Conferência Internacional sobre Saúde e Direitos Humanos**, de 2 a 4 de outubro, organizada pela Escola de Saúde Pública, da Universidade de Harvard.

Informações pelo fax: (617) 4964380;
e-mail: fxbcen@harvarda.harvard.edu

• **XI Conferência Internacional de AIDS**, de 7 a 12 de julho, em Vancouver, Canadá.

Informações pelo fax: (604) 668 3242;
e-mail: aids96@hivnet.ubc.ca

Agenda Nacional

• **SEMINÁRIO METODOLOGIA E INTERPRETAÇÃO EM PESQUISA SOBRE SEXUALIDADE**

Instituto de Medicina Social/UERJ, 18 a 20 de abril de 1996.

Informações com Anna Paula.

Tel: (021) 248-0599/Fax: (021) 228-9526

• **CURSO GÊNERO, SEXUALIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA**

Profª responsável: Karen Mary Giffin

Ministrado no programa de pós-graduação em Saúde Pública, na ENSP/FIOCRUZ, 1º semestre de 1996.

Informações pelo telefone (021) 290-0387

• **VIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE SAÚDE DA MULHER**

Novembro de 1996.

Informações: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde

Rua Bartolomeu Zunega, 44

São Paulo – SP – CEP 05426-020

Tel: (011) 212-86881/Fax: (011) 813-8578



SEXUALIDADE

GÊNERO E SOCIEDADE

ANO 2 - NÚMERO 4 - DEZEMBRO 1995

Esta é uma publicação semestral do Programa de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero e Saúde – Centro de Pesquisa em Saúde Coletiva - CEPESC/IMS/UERJ.

Conselho editorial

Jane Galvão, Margareth Arilha, Maria Luíza Heilborn, Regina Maria Barbosa, Richard Parker.

Coordenação editorial

Regina Maria Barbosa

Redação e edição

Silvana Afram

Jornalista responsável

Silvana Afram - MTb 14.950

Secretaria de redação

Anna Paula Uziel

Execução: Luares Produções

Impressão: CHP

Tiragem: 1.000 exemplares

Apoio: Fundação Ford

Comunidade e Poder

Kenneth R. de Camargo Jr.*

É difícil escrever sobre AIDS e fugir dos lugares-comuns, metáforas e superlativos que, camada sobre camada, depositaram-se (sobre o quê?) formando a representação social de um dos mais graves problemas de saúde pública deste final de século. "Epidemia pós-moderna", a AIDS, como fenômeno epidemiológico, social, econômico, político, é um dado definitivo de nossa cultura, planetária como ela, multiforme como ela, desigual como ela. De um jeito ou de outro, como Herbert Daniel já apontava alguns anos atrás, vivemos todos com a AIDS.

Nesta sociedade pós-industrial, sob o dictat da Ciência, nada mais natural que o mundo acadêmico se manifestasse sobre a AIDS, coisa que sem dúvida o fez. Polifônica (cacofônica?), caudalosa, inapreensível, a produção científica sobre a AIDS cresce numa velocidade vertiginosa, mesmo para estes tempos de superprodução de informação. Com vários referenciais teóricos, quase sempre sob o domínio da mirada biomédica, multiplicam-se os discursos sobre a epidemia, em várias vertentes. Quase invariavelmente, contudo, sob o olhar vigilante do Método, sobretudo com a exigência sempre presente da "objetividade" e da "neutralidade", atributos caros aos requisitos da cientificidade.

Dennis Altman é cientista político, portanto acadêmico. Mas Altman também é ativista, em organizações de gays e ligadas à AIDS. Nas suas próprias palavras, seu livro "surgiu de um compromisso tanto intelectual quanto político com a idéia de que, sem reações fortes originadas na comunidade, os melhores recursos do sistema de saúde pública não serão capazes de enfrentar a crise da AIDS" (p. 21) e, ainda, "surgiu diretamente das minhas experiências e é igualmente limitado por elas" (p. 22). Só estes objetivos iniciais já são suficientes para demarcar uma diferenciação com relação ao mainstream da literatura sobre AIDS.

Há pelo menos três planos na narrativa de Altman: o primeiro, descritivo, já seria suficiente para garantir sua importância no contexto das ações contra a AIDS. Observando em conjunto as várias experiências descritas (um dos pontos fortes do livro é precisamente o volume de inside information a que Altman teve acesso), é possível aprender com erros e acertos de experiências variadas em contextos igualmente diversificados, e sobretudo perceber que, ainda que com as especificidades óbvias, muitas situações se repetem. Mas é nos demais planos da narração de Altman – o do cientista político e o do ativista – que a leitura se torna particularmente

enriquecedora. Como na caracterização de duas linhas de força que parecem organizar o ativismo anti-AIDS: por um lado, a vertente que chamou de "epidemiológica", ligada à percepção, real ou imaginária, do risco diferencialmente maior para determinadas comunidades, como por exemplo os gays em boa parte do mundo ocidental. Por outro lado, a vertente política, que faz com que a organização das comunidades tenda a correr nos leitos já escavados pelos fluxos de movimentos sociais pré-existentes, quer seja o ativismo gay, como nos EUA, quer por ações de profissionais da área de saúde, como na Índia e em alguns países do Leste europeu, ou ainda com características mistas, como parece ser o caso do Brasil. Este esforço analítico é fundamental para compreender as semelhanças e diferenças das experiências em diversos países (ou mesmo na diversidade de um país como o nosso), e para que se possa articular de forma mais efetiva as ações neste setor.

A tendência à especialização e profissionalização – a conformação daquilo que Cindy Patton apropriadamente chamou de AIDS service industry – com a inevitável contrapartida da dependência de financiamentos problemáticos e/ou a construção de parcerias mais ou menos estreitas com o setor governamental, representa, em ambos os casos, riscos de limites à necessária independência deste tipo de organização.

Acima de tudo, Altman aponta para a multiplicidade de fatores envolvidos na AIDS, que invariavelmente geram contradições, por vezes levando à perplexidade aqueles que se dedicam ao seu enfrentamento.

"Decifra-me ou te devoro", disse a esfinge a Édipo. A complexidade da AIDS, reflexo e decorrência da complexidade das sociedades contemporâneas, requer um esforço de decifração para seu enfrentamento. O trabalho de Altman certamente contribui para esta decifração; por outro lado, como o próprio autor pretende, pode e deve ser entendido como um manifesto político, chamando à ação ao mesmo tempo em que aponta alguns caminhos – ainda que, eventualmente, os que devem ser evitados.

Poder e Comunidade. Respostas Organizacionais e Culturais à AIDS, de Dennis Altman, Rio de Janeiro; ABIA/IMS-UERJ/Relume Dumará, 1995. Série História Social da AIDS, nº 5.

*Kenneth R. de Camargo Jr. é professor adjunto do IMS/UERJ; pesquisador visitante da COC/FIOCRUZ; conselheiro da ABIA.

Beijing: contradições e avanços na construção do consenso

Apesar das forças conservadoras, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher trouxe avanços para muitos pontos da agenda feminista internacional. No que diz respeito à saúde, direitos reprodutivos e sexualidade, conquistou-se o consenso em torno de questões mais polêmicas, como o aborto. Já os direitos sexuais ficaram de fora do texto final. Quanto à AIDS, algumas análises apontam retrocesso na redação do documento final.

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Igualdade, Desenvolvimento e Paz, em suas duas versões, a oficial e a paralela, contemplou a mesma pauta de debates, mas com atividades bastante diversificadas. Uma conquista da sociedade civil, os fóruns paralelos aos eventos organizados pelas Nações Unidas dão um salto qualitativo no plano da legitimidade das resoluções obtidas no evento oficial.

Realizada em Beijing entre os dias 4 e 15 de setembro, com representantes de 189 países, a conferência oficial desenvolveu-se em torno da articulação da Plataforma de Ação Mundial (documento sem força de lei, mas que consiste em recomendações sobre políticas a serem adotadas pelos países signatários) e da Declaração de Beijing (documento-síntese da conferência).

Já o fórum de ONGs aconteceu a 60 km de Beijing, em Huairou, entre 30 de agosto e 8 de setembro, com a participação de cerca de 30 mil mulheres de todo o mundo. Entre as duas mil latino-americanas estavam

trezentas brasileiras, um número bastante significativo (1% do total do evento) em termos de mobilização. As atividades programadas, além de reuniões e painéis temáticos, incluíram oficinas, *performances* e muitos protestos.

Avaliações de um ciclo

De acordo com importantes análises feministas, os resultados da Conferência de Beijing devem ser avaliados em sua relação dinâmica com um ciclo que se estende a outros eventos internacionais de tensas negociações: a II Conferência da Mulher (Nairóbi, 1985), a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), a Conferência sobre Direitos Humanos (Viena, 1993), a Conferência sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995).

Elaborado nas reuniões preparatórias – em que os *lobbies* conservadores, representados pelo Vaticano e seus aliados de alguns países católicos e islâmicos, já

demonstravam sua força – o documento preliminar chegou a Beijing recheado de colchetes, cujo significado remete a dissensos em torno de questões fundamentais para o movimento de mulheres, tais como a explícita incorporação da perspectiva de gênero e dos direitos sexuais e reprodutivos no documento final.

De forma geral, as avaliações apontam resultados positivos em outras seções da Plataforma de Ação, além daquelas destinadas aos temas da saúde, direitos reprodutivos e sexualidade, que contemplam os pontos mais controversos e consistem no enfoque central desta publicação.

As conquistas mais significativas referem-se, resumidamente, à incorporação da questão de raça e etnia como causa de discriminação e fator de desigualdade social; recomendações para valorização do trabalho doméstico e informal e sua mensuração nos Produtos Internos Brutos (PIBs) nacionais; incorporação de pontos específicos relativos à política macroeconômica, destinando recursos adicionais para o desenvolvimento social dos países do Sul, desde que vinculados a programas que incorporem a igualdade de gênero; disposição de um capítulo específico sobre conflitos armados, que tangem direta e dramaticamente a vida das mulheres.

Não incluído no documento da Plataforma de Ação, mas incorporado à Declaração de Beijing, consta o reconhecimento da plena autonomia das ONGs, princípio assegurado desde a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, em 1994. ↗

Direitos sexuais e reprodutivos

O reconhecimento mundial dos direitos reprodutivos como direitos humanos consolida a importância das mulheres na construção de um novo tecido social, onde a especificidade dos gêneros não implique nenhum tipo de desigualdade, discriminação ou injustiça.

Apesar do dissenso em torno desses temas controversos – transformado em consenso graças à agilidade e poder de negociação de delegações progressistas –, ressalta-se a necessidade de examinar os documentos finais como um todo para detectar que não houve recuo diante das resoluções obtidas nas conferências anteriores, sobretudo a do Cairo. Ao contrário, houve avanços.

Se, por um lado, a expressão “direitos sexuais” e a condenação à discriminação por orientação sexual ficaram de fora do documento final, indicando que ainda há muito por se construir nesse terreno a nível mundial, por outro lado, as negociações levaram a consolidar o conceito de saúde sexual, fortalecendo, nas entrelinhas do texto, a perspectiva da sexualidade feminina independentemente da reprodução. Como se pode verificar, o parágrafo 96 da Plataforma de Ação afirma que “a atenção à saúde reprodutiva se define como o conjunto de métodos, técnicas e serviços que contribuam para a saúde e o bem estar reprodutivos, ao evitar e resolver os problemas relacionados com a saúde reprodutiva. Inclui também a saúde sexual, cujo objetivo é o desenvolvimento da vida e das relações pessoais, e não meramente o assessoramento e a atenção em matéria de reprodução e de enfermidades de

transmissão sexual.”

Reafirmou-se também a necessidade da incorporação da perspectiva de gênero na educação formal e informal e em programas de capacitação profissionalizante. Quanto ao aborto, a temperatura das discussões, como sempre, variou em escala desértica, impedindo qualquer recomendação de seu reconhecimento legal. Apesar das ações concentradas do Vaticano, de alguns países católicos latino-americanos e islâmicos, aprovou-se minimamente a recomendação aos países signatários do documento final para que revisem leis punitivas contra mulheres que interrompam a gravidez.

AIDS: retrato de uma contradição

Embora se verifique um sentimento compartilhado de empolgação com relação aos avanços da Conferência em diversas áreas, é possível identificar contradições no documento final. Isso ficou evidenciado, por exemplo, no que diz respeito à AIDS.

Na Plataforma de Ação, subseção HIV da seção de saúde, o tópico **Objetivos Estratégicos**, relativo às iniciativas a serem tomadas para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, especialmente AIDS, refere-se ao apoio a “programas que reconheçam que a infecção por HIV em mulheres está relacionada a comportamentos de alto risco, incluindo o uso de substâncias endovenosas e comportamentos sexuais sem proteção, e ao uso de drogas, sem tomar medidas preventivas apropriadas”.

Na avaliação de participantes ligadas a ONGs que trabalham com AIDS e mulheres soro-

positivas, a redação do texto oficial é restritiva, não contribui para a redução dos riscos de infecção, nem para a melhoria da qualidade de vida de mulheres portadoras do vírus ou doentes de AIDS. Ao contrário, o documento, assim redigido colabora para a estigmatização das mulheres, pois relaciona infecção pelo HIV apenas a comportamentos ou práticas de alto risco, excluindo fatores sociais, econômicos e culturais, que as tornam mais vulneráveis à epidemia.

A International Community of Women Living with HIV/AIDS (Comunidade Internacional de Mulheres Vivendo com HIV/AIDS) está entrando em contato com organizações governamentais e não-governamentais que trabalham com direitos humanos, mulheres e AIDS de todo o mundo, para que apóiem a retirada completa do parágrafo referente à AIDS.

Infelizmente, qualquer modificação no documento é impossível. Essa contradição, explicitada no documento final, aponta, portanto, para a necessidade de maior reflexão e mobilização relativas à epidemia de HIV/AIDS e sua conexão com a saúde sexual e reprodutiva.

É importante ressaltar, contudo, as diversas atividades referentes à AIDS desenvolvidas no fórum paralelo, como o *workshop* coordenado pelo Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, de São Paulo. Dele participaram 25 mulheres de diferentes lugares do mundo, como África do Sul, Japão, Filipinas, São Salvador, Estados Unidos e China, entre outros. O enfoque voltou-se para a troca de experiências entre as perspectivas adotadas pelos países no trabalho de prevenção da epidemia. ■

O significado da violência...

A ampliação do leque de violências das quais as mulheres são vítimas não tirou a violência doméstica do lugar privilegiado de queixas e denúncias nas delegacias e da busca de refúgio nos albergues que começam a ser criados em alguns lugares do Brasil. A reflexão e a necessidade de ação contra esse fenômeno, inicialmente restritas aos círculos feministas, ampliaram-se de tal forma que hoje encontramos funcionários de ONGs, pesquisadoras universitárias e estagiárias dos cursos de Serviço Social e Psicologia em dezenas de delegacias da mulher espalhadas pelo país. A mídia televisiva tem também dado especial atenção à problemática.

Essa grande sensibilização nacional com a questão da violência doméstica trouxe novos questionamentos quanto a causas, razões e soluções para esse grave problema que atinge, segundo diferentes estudos, uma parcela significativa das mulheres adultas do país, podendo ser considerado um problema epidemiológico no Brasil (internação em hospitais, ausência no emprego, uso excessivo de tranqüilizantes etc.).

Uma questão de dominação patriarcal?

O parâmetro teórico que tem marcado a maior parte dessas "práticas" em relação à violência contra a mulher se ancora na perspectiva do patriarcado, uma das correntes na teoria feminista que consideram a violência como instrumento da dominação masculina. Instrumento usado tanto a nível macro, pelos chamados aparelhos ideológicos do Estado (em particular pela Justiça), quanto a nível micro, por cada homem no controle da mulher com a qual convive mais intimamente.

Nessa perspectiva, uma das soluções possíveis apontadas para a superação das relações de violência no âmbito doméstico é a "tomada de consciência" das mulheres de sua opressão, perspectiva na qual se vê a denúncia do marido espancador nas delegacias (ou antigamente nos SOSs Mulher) como um dos passos para a superação da situação da opressão conjugal expressa nos atos masculinos de

violência. A convivência com as mulheres que fazem queixas nas delegacias e em outros órgãos de assistência, no entanto, tem mostrado que grande parte das mulheres busca retirar a queixa quando "as coisas melhoram". A prática de retirar a queixa tem deixado delegadas, pesquisadoras e militantes perplexas quanto à eficácia das delegacias da mulher e dos albergues.

Em minha tese analisei como, no período 1979 a 1982, o discurso feminista a respeito da violência contra a mulher no Brasil se construiu a partir de três discursos: o senso comum, o discurso jurídico e o discurso feminista elaborado principalmente no primeiro mundo. O senso comum – expresso, na opinião das feministas, nas narrativas das páginas policiais dos jornais a respeito de crimes (preferencialmente assassinatos) contra as mulheres – era percebido como a cultura da dominação que deveria "ser combatida". Já o discurso jurídico era visto sob dois ângulos: de uma parte se criticavam as práticas jurídicas, espelho do senso comum, que absolviam maridos assassinos e não consideravam outras violências contra a mulher (o espancamento conjugal, por exemplo), como parte da ordem da punição legal; de outra, revogava-se o "cumprimento da lei", a respeito da igualdade jurídica de homens e mulheres. Por fim, o discurso feminista de países do primeiro mundo (sobretudo o das francesas, inglesas e norte-americanas) serviu como modelo teórico para o movimento, a partir da crítica à sociedade patriarcal e ao significado do uso da violência como instrumento de controle das mulheres nessas sociedades.

Nos anos 80, observa-se uma mudança. De alguma forma esse discurso feminista, presente em grande parte da produção acadêmica brasileira sobre a problemática (uma vez que a maior parte das pesquisadoras tem vínculos com o feminismo), foi incorporado tanto nas ações concretas em relação à violência doméstica, quanto no plano das representações coletivas sobre a questão. No entanto, apesar da crítica, já bastante espalhada, das formas mais "tradicionais" de violência contra as mu-



O significado da violência...

lheres terem sido bastante absorvidas em vários planos das representações sociais, em particular da televisão, volta e meia aparecem cenas e situações que mostram uma grande ambigüidade a respeito dos modelos ideais de relações de gênero, sobretudo no que se refere a modelos de moralidade. Um exemplo recente aconteceu em outubro de 1995, numa cena da novela da Globo (*A Próxima Vítima*), em que um personagem (Marcelo) esfaqueava o rosto da mulher (Isabela), ao encontrá-la em adultério. Por coincidência, assisti ao capítulo do dia seguinte com mulheres desconhecidas, no clube que frequento em Florianópolis, e fiquei bastante perplexa com os comentários que pareciam aprovar aquele ato, pois, afinal, "a Isabela não prestava". Em reportagem na *Folha de S. Paulo*, alguns dias mais tarde, feministas e críticos de TV, perplexos com a aprovação nacional dessa cena de violência conjugal, argumentavam que a personagem em questão fora construída de uma determinada forma ("um poço de maldade" num corpo de "mulher fatal"), que induzia o "desejo de punição" por parte das telespectadoras, reforçando estereótipos e clichês que dividem as mulheres, no plano da moralidade, entre santas e pecadoras.

De alguma forma, as cenas da novela introduziam uma discussão que divide feministas e pesquisadoras da violência contra a mulher, a respeito do lugar e papel de vítima que as mulheres assumem frequentemente na relação conjugal.

Violência nos vínculos afetivos/conjugais

Um outro parâmetro teórico, que hoje considero mais frutífero para a análise da problemática da violência conjugal, tem buscado entendê-la sob o ângulo relacional, utilizando-se da categoria de relações de gênero, para repensar a concepção de uma "violência contra a mulher" da qual as mulheres seriam vítimas preferenciais dos homens. Esse ângulo permite perceber a violência no espaço da conjugalidade não apenas sob o pólo do masculino, mas permeando toda e qualquer rela-

ção afetiva. Nesse sentido, penso que falar em violência nos "vínculos" afetivos/conjugais permite "desnaturalizar" a violência do masculino e percebê-la também em outras relações emocionais das quais as mulheres são participantes.

O trabalho de Irene Pennacchioni aponta nessa perspectiva, propondo que a violência nas relações conjugais é fruto de conflitos estruturais próprios da construção histórica do casal no Ocidente. Para ela, em situações de "guerra conjugal", não existem dois pólos (vítima e agressor), mas sim "armas" femininas ou masculinas, como "lágrimas e músculos", usadas estrategicamente em situações de conflito.

Essa perspectiva se ancora nas teorias feministas que trabalham com a categoria de gênero, cuja abordagem permite enfocar as relações simbólicas entre masculino e feminino, construídas histórica e culturalmente. No campo da violência, essa categoria ajuda a desconstruir a representação corrente, tanto no senso comum como em parte das teorias do patriarcado, de uma "essência" masculina da violência, fundamentando-se na idéia de que os homens teriam um corpo biológico "mais forte", ou uma psicologia "mais agressiva", que se expressariam no momento dos conflitos conjugais.

Ao pensar a violência enquanto ato relacional, estamos saindo de um dos principais pressupostos do pensamento feminista tradicional, que vê as mulheres em permanente estado de "dominação", ou seja, que toda relação afetiva homem/mulher se esconde por trás da capa da "subordinação universal da mulher". Esse caminho, aberto por Maria Filomena Gregori, já está sendo trilhado, entre outros, pelas pesquisadoras ligadas ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM), da UnB, do Núcleo de Pesquisa do ISER e do Núcleo de Gênero e Subjetividade, da UFSC. Essa posição é compartilhada também por um grupo de psicanalistas lacanianos, em torno de Contardo Calligaris, que tem buscado entender os conflitos e as crises no casamento a partir da idéia de que, além de um contrato social, há um vínculo

O significado da violência...

emocional de dois indivíduos, chamado "laço conjugal". Vínculo frágil e instável, porque pressupõe, ao mesmo tempo, identidade e alteridade na relação.

No mesmo sentido aponta o trabalho do sociólogo Anthony Giddens, que investigou a problemática do amor nas relações de gênero contemporâneas. Para ele, um dos principais problemas de homens e mulheres diz respeito à impossibilidade de viver o ideal de conjugalidade moderna baseada nos princípios do romantismo, forma de expressão de sentimentos advinda do desenvolvimento do individualismo no Ocidente, construída em torno do valor da igualdade. Para Giddens, o impasse da concretização do amor romântico no casamento se dá através das mudanças sociais pelas quais passam as mulheres, graças ao feminismo, que, ao mesmo tempo que reafirma a igualdade, traz a noção da diferença como um valor incondicional. Para ele, o aparente aumento da violência masculina seria uma das expressões dos homens de incapacidade de construir uma nova "identidade" na relação com as mulheres.

Nesse contexto de impossibilidade e frustração de viver o "modelo ideal", talvez se possa ir além das teorias da opressão e da desigualdade e buscar entender a "irra-

cionalidade" do uso de violência física nas modernas relações de gênero.

**Este texto foi adaptado a partir de palestra exposta no seminário Sexualidade, Gênero e Violência, em outubro de 1995, no Rio de Janeiro. Optou-se, assim, por manter a estrutura coloquial da exposição.*

****Miriam Pillar Grossi** é professora do programa de pós-graduação em Antropologia Social e coordenadora do Núcleo de Gênero e Subjetividade da UFSC.

Bibliografia

- Calligaris, Contardo *et al.* *O Laço Conjugal*, Porto Alegre, Ass. Psicanalítica de Porto Alegre/Ed. Artes e Ofícios, 1994.
- Chauí, Marilena. "Participando do Debate sobre Mulher e Violência". In *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, nº 4, Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- Giddens, Anthony. *A Transformação da Intimidade*, São Paulo, EDUSP, 1993.
- Gregori, Maria F. *Cenas e Queixas. Um Estudo sobre Mulheres, Relações Violentas e a Prática Feminista*, Rio de Janeiro/Paz e Terra, São Paulo/ANPOCS, 1992.
- Grossi, Miriam P. "Novas/Velhas Violências contra a Mulher no Brasil". In *Revista Estudos Feministas*, nº especial, outubro, 1994.
- Muniz, Jaqueline. *Os Direitos dos Outros e Outros Direitos. Um Estudo sobre Negociação de Conflitos nas DEAMs/RJ*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1994.
- Pennacchioni, Irene. *De la Guerre Conjugale*, Paris, Ed. Mazarine, 1986.

**SEXUALIDADE****GÊNERO E SOCIEDADE**

**Programa de Estudos e Pesquisas em Sexualidade,
Gênero e Saúde — CEPESC/IMS/UERJ**

Av. São Francisco Xavier, 524 — 7ª andar — bl. D
Rio de Janeiro — RJ — CEP 20559-900
Tel: (021) 248-0599 — Fax: (021) 228-9526

IMPRESSO